

CADERNO DE ENCARGOS
RELATIVO A CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS PARA O FORNECIMENTO E
INSTALAÇÃO DE VEDAÇÕES NA ESCOLA BÁSICA MARIA DE LOURDES
PINTASILGO - ABRANTES

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **“Aquisição de bens para o fornecimento e instalação de vedações na Escola Básica Maria de Lourdes Pintasilgo - Abrantes”**, em conformidade com as cláusulas jurídicas e os anexos ao presente caderno de encargos.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato é constituído pelos seguintes elementos:
 - a) O suprimento dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

5. Em cumprimento do disposto no artigo 290.º-A, em conjugação com o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos, o acompanhamento da execução do contrato será assegurado por um Gestor do Contrato designado pelo Município de Abrantes.

Cláusula 3.ª

Prazo

1. O contrato mantém-se em vigor **pelo prazo de 15 (quinze) dias** em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2. O início do contrato conta-se a partir **da notificação da adjudicação** e após publicação no portal da internet dedicado aos contratos públicos (<http://www.base.gov.pt>), sendo condição de eficácia do respetivo contrato esta publicitação.

CAPÍTULO II
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I
Obrigações do fornecedor

Subsecção I
Disposições gerais

Cláusula 4.ª

Obrigações principais do fornecedor

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos, do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:
 - a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta, incluindo transporte, descarga e respetiva montagem, de acordo com o anexo I e II do presente Caderno de Encargos;
 - b) Obrigação de garantia dos bens;

Cláusula 5.ª

Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nos anexos I e II no presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
4. O fornecedor é responsável, perante o Município de Abrantes, por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 6.ª

Entrega dos bens objeto do contrato

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues e instalados na **Escola Básica Maria de Lourdes Pintasilgo - Abrantes, Rua Actor Taborda, n.º 2, 2200-372, Abrantes, concelho de Abrantes, no prazo máximo de 15 (quinze) dias seguidos, a contar da data da notificação da adjudicação.**

2. O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles nomeadamente fichas técnicas, fichas de desempenho ou declaração de conformidade.

3. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.

4. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega, bem como com a respetiva montagem e instalação são da responsabilidade do fornecedor.

Cláusula 7.ª

Verificações

1. Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo máximo de **3 (três) dias**, à verificação quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a aferir, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas nos anexos I e II ao presente Caderno de Encargos e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos nos anexos I e II ao presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2. Nas verificações a que se refere o número anterior, o fornecedor deve prestar ao Município de Abrantes toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

3. Caso as verificações efetuadas pelo Município de Abrantes, a que se refere o n.º 1, não comprovarem a conformidade **dos elementos entregues com as exigências legais, ou existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no anexo I ao presente Caderno de Encargos, bem como com as definidas na proposta adjudicada e aceite pelo Município de Abrantes, este informará, por escrito, o fornecedor.**

Cláusula 8.ª

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Abrantes, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
2. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respetivo, o Município de Abrantes procede à realização de nova verificação, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 9.ª

Aceitação dos bens

1. Caso as verificações a que se referem a cláusula 7.ª comprovem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no anexo I e II ao presente Caderno de Encargos, o mesmo será informado no processo (PG) e o Município de Abrantes procederá ao pagamento dos bens.
2. Com a informação constante no processo e o pagamento dos bens, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para o Município de Abrantes, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.
3. A informação de aceitação dos bens constante no processo, não implica a aceitação de eventuais defeitos ou discrepâncias dos bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no anexo I e II ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 10.ª.

Garantia técnica

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante os bens objeto do contrato, pelo prazo mínimo de **3 (três) anos**, a contar da entrega dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências

legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos nos anexos I e II do presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

2. A garantia prevista no número anterior abrange:

a) O fornecimento, a montagem, a instalação ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;

b) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;

c) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;

d) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;

e) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;

f) A mão-de-obra.

g) No **prazo máximo de três anos** a contar da data da aceitação dos bens nos termos da cláusula 9.ª, caso o Município de Abrantes detete qualquer falta de conformidade, deve notificar o fornecedor, para efeitos da reposição da conformidade, através da reparação ou da substituição dos bens.

h) A reposição da conformidade prevista na presente cláusula não deve exceder o **prazo de trinta dias**, salvo nas situações em que a natureza e complexidade dos bens, a gravidade da falta de conformidade e o esforço necessário para a conclusão da reparação ou substituição justifiquem um prazo superior.

Cláusula 11.ª

Garantia de continuidade de fabrico

O fornecedor deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato pelo prazo estimado de vida útil dos bens, de acordo com as regras de amortização contabilística aplicáveis, a contar da declaração de aceitação pelo Município de Abrantes, nos termos da Cláusula 9.ª.

Secção II

Obrigações do Município de Abrantes

Cláusula 12.ª

Preço Base

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 47.º do CCP, o preço base (máximo) do procedimento, como parâmetro base (máximo) do preço contratual, é fixado em **5.490,00 € (cinco mil quatrocentos e noventa euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

Cláusula 13.ª

Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Abrantes deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 14.ª

Condições de pagamento

1. A quantia devida pelo Município de Abrantes, nos termos das cláusulas anteriores, deve ser paga no **prazo máximo de 20 (vinte) dias, dias a contar da data da notificação da adjudicação e receção da respetiva fatura pelo Município de Abrantes, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva.**
2. Para os efeitos do número um, a obrigação considera-se vencida com a emissão da declaração de aceitação pelo Município de Abrantes, nos termos da Cláusula 9.ª.
3. 1. As faturas devem ser emitidas em nome de Município de Abrantes, contribuinte nº 502661038 e enviadas, em formato .PDF para o e-mail faturacao@cm-abrantes.pt, ou, no caso de se tratar de faturação

eletrónica, através da solução EDI, via plataforma Saphety (www.saphety.com), com a indicação do número da requisição ou do compromisso.

4. Em caso de discordância por parte do Município de Abrantes, quanto ao valor indicado na fatura, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária.

CAPÍTULO III

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 15.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Abrantes pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento da data e prazo de entrega dos bens objeto do contrato, a pena pecuniária a aplicar será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P=V*A/500$$

P = montante da penalidade;

V = preço contratual;

A = número de dias em atraso.

b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia dos bens, até 5% do preço contratual;

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Abrantes pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 10% do valor contratual vincendo.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Abrantes tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5. O Município de Abrantes pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Abrantes exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 16.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais

afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 17.ª

Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato, previstos na lei, o Município de Abrantes pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

a) Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objecto do contrato superior um mês ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Abrantes.

Cláusula 18.ª

Resolução por parte do fornecedor

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando:

a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses.

2. O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da Cláusula 20.ª.

3. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Abrantes, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO IV

CAUÇÃO

Cláusula 19.ª

Execução da caução

Não é exigida prestação de caução, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO V

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 20.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 21.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 22.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o

domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 23.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 24.ª

Legislação aplicável

1. O contrato é regulado pela legislação portuguesa.
2. Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, na atual redação.